



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 114/115

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 114**SUMÁRIO****Mesa Executiva 03****Presenças 03****Abertura da Sessão 03****Grande Expediente:****Comemoração dos 40 anos da CNBB:**

Composição da Mesa 03

Proponente:

Dep. Luiz Carlos Martins 03

Cerimônia de entrega da Placa 05

Orador:

Dom Lúcio Inácio

Presidente da CNBB 05

Encerramento da Sessão**Comemorativa 07****Reabertura da Sessão Ordinária 07****Expediente:**

Ofícios 08

Indicações 08

Requerimentos 08

Projetos de Lei 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto 13

Liderança do PFL:

Dep. Plauto Miró Guimarães 14

Liderança do PMDB:

Dep. Antonio Anibelli 15

Liderança do PMDB

Dep. Artagão Júnior 16

Liderança do Governo:

Dep. Dobrandino da Silva 16

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão / Votação:

Redação Final 19

3ª Discussão 20

2ª Discussão 20

1ª Discussão 20

Discussão Única (Proposições).. 24

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão Ordinária 26**DIÁRIO Nº 115****SUMÁRIO****Mesa Executiva..... 26****Presenças..... 26****Abertura da Sessão 27****Expediente:**

Requerimentos 27

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

1ª Discussão 27

Discussão Única (Proposições).. 32

Discussão Única (Indicações).... 32

Requerimentos 33

Encerramento da Sessão 33**Publicações:**

Comissão Executiva:

Atos 34

Diretoria Geral:

Portarias 34

Ata de Comissão:

Tomada de Contas 34

108ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE OUTUBRO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (40). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Rafael Greca e Waldir Leite (12). E em viagem representativa os Srs. Deputados Ademir Bier, Marcos Isfer (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Grande Expediente:**Comemoração dos Quarenta Anos da CNBB**

Por solicitação do nobre Deputado Luiz Carlos Martins e aprovada por unanimidade por esta Casa de Leis, o Grande Expediente será destinado à comemoração dos quarenta anos da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Sul 2 Paraná.

Composição da Mesa

Tenho a honra de anunciar a composição da Mesa: Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. e Revmo. Dom Lúcio Ignácio Baumgaertner, Presidente da CNBB, Regional Sul 2 Paraná; Ilmo. Sr. Eduardo Sebastiani, Secretário Municipal de Finanças, representando o Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito Municipal de Curitiba; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, cantado por Marise Farias, com o acompanhamento do tenente Paulo Kin.

(Apresentação do Hino Nacional)

Proponente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, autor da proposição da presente homenagem, que falará em nome deste Parlamento.

Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Hermas Brandão; Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. e Revmo. Sr. Dom Lúcio Ignácio Baumgaertner, Presidente da CNBB - Regional Sul do Paraná; Ilmo. Sr. Luiz Eduardo Sebastiani, Secretário Municipal de Finanças, representando o Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito Municipal de Curitiba; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores.

Obrigado a todos pela presença!

(Lê):

“Apenas cerca de quarenta anos depois da desco-

berta do Brasil, a terra paranaense recebia a mensagem do Evangelho, na palavra e na ação dos primeiros missionários portugueses, via litoral do Estado. A Igreja chegava com nossos pais portugueses. As populações indígenas e os colonizadores de origem lusa ali foram os primeiros destinatários da mensagem da Cruz de Cristo no depósito da fé da Igreja Católica Apostólica Romana. Uma simbiose que a História do Paraná - assim como a do Brasil - faz o registro definitivo, um marco inquestionável documentado pela Ciência História.

Depois, no século XVI, o que observamos é a Igreja Católica iniciando o processo de cristianização via região Oeste, com as 'reduções jesuíticas' do Guaíra. Prosseguia a instituição no seu desígnio de anunciar a Cristo e sua palavra redentora.

A breve introdução é apenas para lembrar, independente de credos religiosos ou de não-profissão de qualquer fé religiosa, que a Igreja Católica, a Cátedra de São Pedro, é instituição que se confunde com a identidade paranaense. E que o amálgama estabelecido entre a Igreja e a História do Paraná é realidade tão viva quanto aquela, por exemplo, exercida pelos 'pais peregrinos', protestantes, os pais da pátria norte-americana, ou da Terra Santa com nossos ancestrais bíblicos, os filhos de Abraão. São dois exemplos que se cita para reforçar essa imagem de uma associação próxima, pelas pisadas da História. O que não significa aliança com o Estado, do qual, felizmente, a Igreja Católica desprende-se com o fim do regime do Padroado, o da sustentação do estabelecimento eclesiástico pelo poder governamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje nos reunimos aqui para celebrar os quarenta anos de criação - pelo saudoso Dom Manuel da Silveira d'Elboux, Arcebispo de Curitiba de então, e bispos de outras dioceses paranaenses - do Regional Sul II da CNBB. À primeira vista, o fato pode ser entendido como festejo solene de uma organização a mais dentre as presentes na vida dos paranaenses. Mas o Regional Sul II da CNBB é organização ímpar da vida do Paraná. Significa a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, no território paranaense, englobando a ação colegiada de todas as arquidioceses e dioceses do Estado. Mas mais do que isso, o Regional Sul II - presidido por Dom Lúcio Baumgaertner, Arcebispo de Cascavel, tendo como secretário executivo o infatigável Padre Carlos Chiquim (desde 92 na posição) - foi, de 1964, em pleno regime autoritário, até meados dos anos oitenta, com o processo de democratização do País, um dos mais respeitados instrumentos de defesa da cidadania. Foi das solitárias vozes da sociedade civil ao lado de organismos como a OAB. Foi o nosso mais hábil instrumento para restauração dos direitos humanos e da cidadania, acreditamos nós, sem desprezar outras ações organizadas da sociedade paranaense.

Não vou rememorar aqui os incontáveis gestos que definiram para nossa História a participação da CNBB e seu Regional do Sul II, no Paraná, na construção de uma

sociedade livre do arbítrio, madura para decidir e capaz de promover justiça social fornecendo-nos suporte para um trabalho catequético de ver, julgar e agir.

A documentação da história recente está aí mesmo, de forma particular registrada pela imprensa brasileira, a impedir qualquer visão opaca da realidade, a apontar que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não vacilou, não temeu, foi refúgio seguro de perseguidos, alertou consciências, dirimiu injustiças, pôs-se a favor dos perseguidos por delitos de opinião e dos discordantes das unanimidades impostas pela força.

Neste particular, cabe-me, como companheiro da história desses quarenta anos do Regional Sul-II, registrar o papel de destemor exercido pelo Arcebispo Emérito de Curitiba, Dom Pedro Fedalto e seus auxiliares no organismo, no apoio a perseguidos pelo chamado delito de opinião. Houve até ocasiões em que a casa do Arcebispo transformou-se em cidadela, o castelo forte a defender perseguidos - como o caso da professora Juracilda, anos setenta.

É certo que as limitações educacionais e todo o caudal de deficiências de nossa formação básica têm recebido da CNBB no Paraná um tratamento pedagógico inigualável. É uma pedagogia que descarta o emocionar multidões, e encher estádios ou promover manifestações religiosas de massa, tão a gosto de um certo modelo tridentino (que remete ao Concílio de Trento e sua visão triunfalista da Igreja). A CNBB, expressão do colegiado com que bispos e arcebispos católicos exprimem sua unidade de voz, tem educado sua massa crítica para uma nova ação evangelizadora. Nela a prioridade evidente - e não poderia ser o contrário - é a pregação da Palavra de Cristo. Mas, em sintonia com os novos tempos, a CNBB educa os fiéis para uma visão crítica da realidade, ensinando que ao cristão católico, independente de partido político, cabe interagir no seu entorno, sem o desprezo, é claro, de horizontalidade antes esquecida, promovendo uma pastoral social, mística social, de acordo com os irreversíveis ensinamentos do Concílio Vaticano Segundo.

Sem dificuldades, identifico na CNBB o seu Regional Sul II - a melhor síntese daquela mensagem do apóstolo Tiago, em sua epístola, que nos fala da religião. Recomenda Tiago que se mostre a fé pelas obras: "mostre-me tua fé sem obras que te mostrarei a minha fé pelas obras..." Neste caso da CNBB, obras significam sobremaneira a educação para a vida abundante e que têm direito todos os filhos de Deus, incluindo a multidão de desvalidos, homens e mulheres, jovens e idosos, brancos e negros, índios e imigrantes, pobres de todos os matizes. Gente sem vez, sem voz, sem participação nas benesses de uma sociedade moderna.

Essa multidão de excluídos tem encontrado desde os anos cinquenta, com a criação da CNBB por prelados como o santo Dom Helder Câmara, a vez e a voz. As comissões de defesa dos direitos humanos, as pastorais da terra, da vida operária, o Conselho Indigenista Missio-

nário, a Pastoral da Criança, a Pastoral da Saúde, a Pastoral Carcerária, a Pastoral dos Surdos, as ações em defesa dos imigrantes, e dos marginalizados de todos os quilates dão uma conformação especial à CNBB, fazendo-a voz acatada e respeitada nacional e internacionalmente.

A CNBB tem força moral, o que a diferencia de um mero movimento religioso como os que vicejam na sociedade moderna, esta cada vez mais vítima de ciladas fundamentalistas, cristãs e não cristãs.

Por respeito à história quero também registrar, neste brevíssimo preito de admiração e agradecimento à CNBB, que as raízes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Regional Sul II serão encontradas em outras pegadas da história do Paraná. Depois das primeiras cenas de evangelização no litoral e Oeste do Paraná, com as reduções jesuíticas, há a criação do primeiro bispado, depois a arquidiocese de Curitiba e novos bispados seguindo aos de Ponta Grossa, Jacarezinho e Foz do Iguaçu e os demais.

Mas me cabe assinalar na vida da Igreja e, conseqüentemente, na História do Paraná, o aporte das imigrações européias. Se elas começaram na primeira metade do século XIX - com os pomeranos - foi no final daqueles anos que recebemos os grandes contingentes de populações européias, imigração que se registra até o final dos anos trinta do século XX.

Com as imigrações muda a feição do catolicismo no Paraná e toda a vida cultural do Estado sofre profundas marcas trazidas pelos alemães, italianos, poloneses, ucranianos. Há particular necessidade de registrar a influência dos padres lazaristas (vicentinos), essenciais no processo educacional dos seminários paranaenses do final do século XIX e no século XX, padres de origem polonesa e também - em parte - do tradicional seminário do Caraja, em Minas Gerais.

Os mineiros e os paulistas, migrando para o Paraná, em grande parte para o Norte do Estado, deixaram as marcas de um catolicismo amplamente participativo, assim como no Sudoeste do Estado os gaúchos e catarinenses plantaram, no século XX, as bases de uma Igreja enraizada em tradições sulistas e acentuadas sobretudo pela capacidade de embrenhar-se em lutas por direitos fundamentais do homem. Foi o caso das batalhas pela legalização da terra em que, ao lado de padres belgas e missionários, e leigos como Euclides Scalco, e padres, irmãos e irmãs de outras congregações, a CNBB se empenharia nas mais fortes empreitadas por justiça social ao homem do campo. Neste caso, presto uma homenagem especial ao Padre Ives Pouliquem, francês, que secretariou a Regional Sul II da CNBB nos anos de chumbo, sendo sal da terra e luz do mundo, e cujo trabalho se identificou com as grandes lutas fundiárias do Sudoeste paranaense. Padre Ives foi um herói da Resistência francesa da II Grande Guerra e um apóstolo do Haiti, Cuba e Brasil.

Por fim, posso, neste resumo, garantir que a CNBB e seu organismo local, o Regional Sul-II da CNBB, estão

vivendo na plenitude o mandato do “Ide e anunciai” entregue por Jesus aos seus discípulos, em plena comunhão com o episcopado brasileiro, todos em comunhão com a Cátedra de Pedro, na qual está sentado hoje o Papa Bento XVI.

E não tenho dúvidas de que essa instituição tão solidamente instalada na vida paranaense, a partir de setembro de 1964, não deixa questionamentos quanto a estar vivendo aquela recomendação de Santo Agostinho, um dos pilares da cultura cristã: “no essencial a unidade; na dúvida, a liberdade; em tudo, a caridade, o amor.”

Obrigado.

(Apresentação musical)

Cerimônia de entrega da placa:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à Sra. 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti, para que proceda à leitura dos termos da Placa em homenagem aos quarenta anos da CNBB-Regional Sul-2 - Paraná.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Lê):

“Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Pelos quarenta anos da CNBB - Conferência Nacional do Bispos do Brasil, Regional Sul-2 - Paraná, nossa homenagem aos ilustres prelados que, com zelo e espírito cristão, conduzem espiritualmente a comunidade católica paranaense.

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Deputado Hermas Brandão - Presidente

Deputado Luiz Carlos Martins - Proponente.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins para que proceda à entrega da placa ao Exmo. Sr. Revmo. Dom Lúcio Inácio.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

(Procede à entrega da placa)

Orador:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência tem a honra de conceder a palavra ao Exmo. e Revmo. Sr. Dom Lúcio Inácio.

Presidente da CNBB: Dom Lúcio Inácio

O EXMO. E REVMO. DOM LÚCIO INÁCIO

Com muita honra desejo saudar o Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti,

Vice-Governador do Estado do Paraná; Ilmo. Sr. Eduardo Sebastiani, Secretário Municipal das Finanças, representando neste momento o Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito Municipal; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Caríssimos, nós do Episcopado da Regional Sul II-PR. Caríssimos Sacerdotes. Coordenadores dessas Pastorais e movimentos, amigos aqui presentes.

É um momento importante para a Regional Sul II, neste pleito de gratidão.

(Lê):

“Como Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Sul II, quero externar o agradecimento do episcopado paranaense a esta Casa de Leis do Estado do Paraná, nas pessoas de seu Presidente, Dr. Hermas Brandão e do Deputado Luiz Carlos Martins, propositores dessa homenagem e a todos os Deputados paranaenses.

Ao completar quarenta anos no Paraná, a CNBB, Regional Sul II, que faz parte de uma entidade fundada em 1952 pela ação concreta de Dom Helder Câmara, grande profeta da Igreja no Brasil, alegra-se com todos e agradece a homenagem aqui recebida.

O surgimento da CNBB coincide com o desejo de renovação da Igreja suscitada pelos movimentos de Ação Católica e pelo Concílio Vaticano II. Em sua essência a CNBB tem como objetivo organizar a ação evangelizadora da Igreja Católica e promover a efetiva colegialidade entre os bispos e demais lideranças eclesiais.

A Conferência Episcopal sempre esteve atenta à realidade brasileira e latino-americana e aos seus enormes desafios. Exemplos a serem destacados foram as Conferências do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano) em Medellín, na Colômbia, 1968, sendo marco no processo de renovação da Igreja, ‘convocada a se converter aos pobres’. Puebla, México, em 1979, com o destaque aos jovens e Comunidades Eclesiais de Base; Santo Domingo, em 1992 com destaque à nova evangelização. Em 2007 acontecerá a V Conferência do Celam. Fomos surpreendidos nessa semana que passou, com a feliz escolha pelo Papa Bento XVI, da cidade de Aparecida-SP, para sediar esse importante encontro, inclusive, com sua presença.

O grande desafio das décadas de 1950 e 1960 foi, sem dúvida, a questão do desenvolvimento. Naquele momento, esse tema era visto como a busca do bem-estar para todos. Havia, porém, a nítida certeza de que mecanismos mais complexos interferiram na produção do bem comum e na equitativa distribuição da riqueza. Aos poucos percebeu-se que não bastava produzir bens, promover o crescimento econômico, financeiro e criar novas infraestruturas se o povo pobre e excluído não participava desse processo. Sem a participação do povo e uma mais clara noção de cidadania, as forças de transformação

social ficavam restritas ao âmbito daqueles que as controlavam ou detinham maior poder político. Os conflitos sociais multiplicavam-se e a CNBB nunca deixou de estar atenta ao fato.

Em 1964 aconteceu o golpe militar e suas nefastas consequências. Pelos meados dos anos sessenta e início de setenta, os cristãos engajados, a CNBB e os bispos descobriram a importância das pequenas mediações e a possibilidade de serem a voz dos sem voz. É a práxis pastoral e libertadora.

Uma série de ações deu origem às lutas pelos direitos humanos, à defesa das minorias étnicas, à luta pela terra, à recuperação da dignidade dos trabalhadores, que veio originar os serviços pastorais. Entre eles, destacam-se a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), as Comissões de Direitos Humanos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Comissão de Pastoral Operária (CPO), a Comissão de Refugiados, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Campanha da Fraternidade e outros. Estes estiveram voltados à missão evangelizadora e à responsabilidade de representar, principalmente, aqueles excluídos dos seus direitos básicos. Surgem documentos como ‘Exigências Cristãs de uma Ordem Política’, em 1977; ‘Igreja e Problemas da Terra’, em 1980; ‘Solo Urbano e Ação Pastoral’, em 1981.

O episcopado paranaense, inspirado no colegiado nacional, ao longo dos anos, manifestou o seu posicionamento profético e doutrinário numa série de pronunciamentos, atentos à realidade social e política vivida pela população do Paraná. Somam 33 nesses quarenta anos.

Alcançada a redemocratização do País, a Igreja e as suas bases populares, articuladas às grandes forças da sociedade civil, criam um novo espaço de cidadania na Constituinte de 1988. A CNBB aproveitou o momento da Constituinte, cujo processo foi instaurado em 1986, culminando em 1988 com a promulgação da nova Constituição, para, mais uma vez, colocar-se numa atitude de serviço. Nesse momento foi importante o papel exercido pela CNBB no processo de mobilização das emendas populares.

O País inseriu-se, aos poucos, na modernidade, na pós-modernidade e na globalização econômica. Esses fenômenos trazem luzes e sombras ao projeto alternativo para construir a sociedade sem exclusão. Torna-se, para a Igreja e a CNBB em particular, ainda mais complexa e desafiadora a tarefa de ajudar a transformar a sociedade mediante o exercício de sua missão evangelizadora.

O processo despertado pelas Semanas Sociais, realizadas em 1991 sob os auspícios da CNBB, trouxe significativa contribuição para o resgate das chamadas dívidas sociais do País. Foram temas importantes em torno do ‘Mundo do Trabalho’, ‘Brasil, Alternativas e Protagonistas’ e ‘resgate das Dívidas Sociais’, com consequências práticas de fortes mobilizações populares e repercussões na opinião pública. Importante momento foi o da realização, em 1998-1999, do Simpósio e Tribunal da Dívida Externa.

No ano de 1999 a CNBB atualizou as suas diretrizes de ação. A base destas diretrizes, sustentada no diagnóstico da exclusão social crescente, destaca que os pobres merecem atenção particular e as dívidas sociais precisam ser resgatadas.

A Campanha da Fraternidade do ano 2000, a primeira de caráter religioso abrangente e ecumênico, foi um novo marco a reforçar a caminhada por um amplo e renovado compromisso de presença da Igreja, juntamente com todas as forças vivas, sociais e religiosas, no serviço ao projeto alternativo para superar as exclusões. Este serviço, para a Igreja e a CNBB, sempre será o sinal decisivo de autenticidade da sua missão.

Na caminhada da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no que tange à ação eclesial, fatos, personalidades e desafios estiveram em perfeita intercomunicação. Esse processo garantiu credibilidade a toda Igreja Católica e à sua Conferência, transmitindo esperança a todos e credibilidade diante de toda sociedade civil.

Por ocasião desta homenagem, esperamos contar com a colaboração dos Srs. Deputados do Paraná na defesa da dignidade da vida, desde a sua concepção até sua morte natural. Almejamos o empenho dos senhores na defesa do meio ambiente e na construção de uma cultura de paz, sem violência e suas variadas causas: o comércio e o tráfico de armas, de drogas e de tudo o que lesa a pessoa humana; o êxodo rural e a conseqüente concentração urbana, o desemprego, a falta de assistência à saúde, a falta de uma política agrária que garanta verdadeiras condições de vida ao homem e mulher do campo, para realizar a sede humana de felicidade e vida plena.

Como o Apóstolo Paulo, que no momento de dor e sofrimento incentivava à alegria, cabe-nos aqui dizer uma palavra de encorajamento a todos, principalmente na conjuntura social e política que ora vivemos. Não podemos ser indiferentes à impunidade e corrupção generalizada e que estamos assistindo em alguns segmentos das instâncias políticas, do meio empresarial e do mercado financeiro. Não nos deixemos levar pelo desânimo e apatia. Ao contrário, sejamos vigilantes da justiça e promotores de uma reforma política que exclua de seus quadros aqueles que desonram seus mandatos eletivos e traem o país com acordos prejudiciais à nação brasileira. Recordamos que o mandato eletivo pertence ao povo paranaense e brasileiro e por isso não deve ser traído, sob pena de perdermos a própria soberania.

A mística que perpassa o procedimento da Conferência é a atitude de serviço, humilde e desprendido e a luta pelos valores a serem defendidos e promovidos, face aos inúmeros e novos desafios. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil exercerá sempre o importante papel de estimular, entre suas instâncias, o respeito pela varie-

dade de carismas, a complementariedade, comunhão, autonomia e subsidiariedade, princípios norteados de sua caminhada e o resgate à dignidade de todo cidadão paranaense e brasileiro. Contem com o nosso apoio a todas as iniciativas concretas que promovam a vida, a justiça e a paz.”

Muito obrigado a todos.

(Aplausos)

Encerramento da Comemoração:

Neste momento, convido o Padre Carlos Alberto Chiquim, para que proceda à entrega do exemplar do livro “Conferência Nacional dos Bispos do Paraná e História da Evangelização”, de sua autoria, à Assembléia Legislativa do Paraná.

(Procede à entrega ao
Sr. Presidente Hermas Brandão)
(Apresentação musical)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência deseja expressar o mais profundo agradecimento pela presença de Dom Lúcio, ao meu amigo particular Dom Fernando, quero saudar todos os nossos bispos que nos prestigiam hoje, nossos religiosos e amigos, que fizeram desta tarde, uma tarde marcante para o Legislativo paranaense.

Muito obrigado pela presença. Esperamos ter sempre a presença de V. Exas., para que este Poder possa agradecer o trabalho que V. Exas. fazem ao povo paranaense.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná. Após a execução do mesmo, suspenderemos a Sessão por cinco minutos, para os cumprimentos.

Suspensa a Sessão.

Reabertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reiniciando os trabalhos, antes de passarmos ao Horário das Lideranças, solicito ao Deputado Geraldo Cartário para que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofício**

Sob o nº CTL/CC/171 e 172/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

005/2005: De autoria do Deputado Barbosa Neto e outros que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Assaad Nabhab, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.849. **Anote-se - archive-se.**

429/2005: de autoria do Poder Executivo que, autortiza o PDer Executivi a proceder à doação da área rural que especifica, ao município de Catanduvas, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.850. **Anote-se - archive-se.**

Sob o nº CTL/CC 169/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 118/2005, de autoria do Poder Executivo, por considerar a parte vetada, tal como está, contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 170/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 337/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, tendo em vista que, ensejando renúncia e receita, desobedece a Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo, portanto, inconstitucional por ferir o artigo 163, da Magna Carta Federal. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 173/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 250/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, porque a medida, tal como está posta, dependendo de contribuições financeiras da iniciativa privada, dificilmente teria condições para boa e tranqüila exeqüibilidade, sendo, portanto considerado contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 174/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Poder Executivo, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs AL 669, 698, 699, 736, 737, 765, 766 e 767/2005, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Saúde e Instituto de Desenvolvimento

Educacional do Paraná - Fundepar, para execução dos Programas Peja, Pnate, Bralf, Proep, Pane, Pnac-Pnae Creche e Pnai-Pnae Indígena. **Ao Conhecimento da Casa.**

Indicação

INDICAÇÃO Nº 061/2005

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a realização de concurso público para contratação de professores para a Unioeste, conforme solicitação do campus de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) CHICO NOROESTE

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3246

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 419/2005.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3235

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 15 e 16 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3241

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por duas Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 563/2005, item 11, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3242

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por duas Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 562/2005, item 10, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3230

Sr. Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, que seja marcado horário no Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de outubro próximo, pelo período de trinta minutos, para que o Sr. Alfredo Kaefer, Presidente da Associação dos Abate-douros e Produtores Agrícolas do Paraná e empresário do setor aviário de Cascavel, realize pronunciamento sobre a “gripe aviária”.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3249

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER aprovação para realização de audiência pública para discutir questões da agricultura paranaense, na Sama - Sociedade dos Amigos de Assaí, no município de Assaí, com início às 14h30 do dia 04 de novembro de 2005.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3233

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER a realização de homenagem pelos trinta anos de criação da Embrapa/Soja, Centro Nacional de Pesquisa da Soja da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com sede em Londrina, no horário do grande expediente da Sessão Plenária do dia 06.12.2005 - terça-feira, com início às 14h30.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem justifica-se pelos 32 anos de pesquisa realizados pela Embrapa e trinta anos de pesquisa da Embrapa-Soja, em prol da agricultura de nosso Estado.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, foi criada em 26 de abril de 1973. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro por meio de geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias, em benefício da sociedade.

No Paraná, a Embrapa possui duas unidades de pesquisa, a Embrapa Soja, em Londrina, criada em 1975; e a Embrapa Florestas, em Colombo.

Está sob a sua coordenação o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária-SNPA, constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empre-

sas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico.

Tecnologia geradas pelo SNPA mudaram a face da agricultura brasileira. Um conjunto de tecnologia para incorporação dos cerrados no sistema produtivo, tornou a região responsável por 40% da produção brasileira de grãos, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. A soja, originária da China, foi adaptada às condições brasileiras e hoje o País é o segundo produtor mundial.

Atuando através dos seus centros de especialidades espalhados por todo o território nacional, a Embrapa possibilitou um implemento vigoroso no agronegócio brasileiro onde a oferta de carne bovina e suína foi multiplicada por três vezes enquanto que a de frango aumentou dez. A produção de leite aumentou de 7,9 bilhões em 1975 para 20,3 bilhões de litros, em 2000 e a produção brasileira de hortaliças, elevou-se de nove milhões de toneladas, em uma área de setecentos hectares, em 1980, para 14 milhões de toneladas, em 850 mil hectares, em 1999. Além disso, programas de pesquisa específicos conseguiram organizar tecnologia e sistema de produção para aumentar eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio, garantindo melhoria na sua renda e bem-estar.

A Embrapa-Soja tem como principal objetivo pesquisar variedades de sementes e viabilizar tecnologia para o desenvolvimento sustentável da soja, girassol e trigo. Cerca de duzentos cultivares foram desenvolvidas geneticamente nos trinta anos de funcionamento. Atualmente, essas cultivares respondem por 50% da produção nacional de sementes de soja.

REQUERIMENTO Nº 3234

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 20 de outubro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção nos Anais desta Casa, votos de pesar, pelo falecimento da Sra. Elizabeth Hitomi Okamura Shigutsi, vítima de uma parada cardíaca. Nascida em 20/02/55, filha de Yoshio Okamura e Rosa Mitsuko Ashida Okamura, a Sra. Elizabeth tinha cinquenta anos de idade, deixando viúvo o Sr. Ronaldo Suco Shigutsi.

Por este ato, solidarizamos-nos com a família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Luzia Antônia Oliveira.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Ruth Ofebock Salles.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3236

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o registro de votos de profundo pesar a todos os familiares da Sra. Julieta Kalil Cury, pelo seu falecimento ocorrido na data de 15.10.2005.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família - Nacir Cury - residente na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, Fone (0**44) 3252-2038, à Rua Vereador José Gazola, nº 1.390, CEP: 87.600-000.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3223

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Sérgio Ribeiro da Silva, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 3224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Sebastião Felix de Souza, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 3247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de solidariedade ao Radialista Paulo Nogueira, da Rádio Educadora de Marechal Cândido Rondon, que foi agredido fisicamente pelo Prefeito Edson Wasen, do PFL.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3251

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à mesa seja oficiado ao Ministro do Estado da Agricultura, à Casa Civil da Presidência da República, às Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara Federal, ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Agricultura, encaminhando aos mesmos cópia do Diário do Congresso Nacional de 29 de agosto de 1975, quando o Dr. Loth Garcez do Nascimento médico curitibano, expôs a descoberta do Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento que, apesar da relevância, esbarrou nos trâmites burocráticos.

Requer, outrossim, que essas autoridades informem esta Assembléia Legislativa se a vacina curativa e imunizante teve pesquisas levadas adiante.

Segundo a exposição do Dr. Loth, na referida Comissão, a vacina foi testada no Paraná, em Curitiba, e durante a tramitação dos documentos de pesquisa, o autor da descoberta morreu (Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento), sendo que, até a presente data, não se sabe o destino dado a essa pesquisa.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoiamento:

Hermas Brandão.

REQUERIMENTO Nº 3227

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, solicitando a manutenção da Agência de rendas Estadual no município de Sarandi.

As informações que nos chegam por parte das autoridades daquele Município são de que essa agência estaria sendo fechada e isso causará enormes prejuízos ao Município, que, hoje, é o 22º Município em arrecadação e o 2º dentro da microrregião 9.

Por estas razões, acreditamos que o Sr. Governador poderá rever a posição mantendo em funcionamento a Agência de Sarandi.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti, solicitando a realização, com urgência, de concurso público para contratação de professores para a Unioeste, conforme solicitação do campus de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) CHICO NOROSTE

REQUERIMENTO Nº 3243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada Referendo do Desarmamento, escrita por Ágide Menguetti, publicada no jornal Folha de Londrina, do dia 09 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 3244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada A farsa do desarmamento, escrita por José Bolívar Bretãs, publicada no jornal Hoje de Cascavel, do dia 19 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 3245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada O perigo de desarmar a nação, escrita por Fábio Salles Meirelles, publicada no jornal Folha de São Paulo, do dia 14 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 648/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, pela presente lei, declarada e reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate, associação civil, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade

de Laranjeiras do Sul, sem fins lucrativos, sem ideologia partidária e sem discriminação racial ou religiosa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate do município de Laranjeiras do Sul, está em funcionamento a mais de três anos com grande resultado adquirido através de tratamentos terapêuticos, recuperando pessoas de várias idades e camadas sociais que se encontram vitimadas pelo vício e afetada em quase todos os setores de sua vida.

Tem por finalidade o tratamento terapêutico, teológico e ocupacional em regime de internato, voltado a dependentes químicos, com recursos oriundos de doações, venda de artesanatos feito pelos internos, campanhas e auxílio do poder público. A instituição é sem fins lucrativos e sem remuneração de seus membros.

PROJETO DE LEI Nº 649/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Parque Rio da Onça, com sede à Rua São Mateus 260, em Matinhos - PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos do Parque Rio da Onça - Apro - tem contribuído em ações ambiental no município de Matinhos. Pela atuação na área de preservação e educação ambiental, contribui de diferentes maneiras, para a melhoria da vida no litoral, por isso propomos a esta Casa de Leis que a declare como de utilidade pública.

A atuação, bastante intensa, da Apro na promoção de atividades de educação ambiental no Município, ocorrem na forma de palestras em escolas e instituições de educação superior; mas, também atua na orientação à comunidade, em relação aos resíduos sólidos e esgotos. Desenvolve concomitantemente práticas educativas mobilizadoras tais como a limpeza de rios, morros e orla marítimas, assim como, a campanha de semeadura de palmito Jussara com os estudantes das escolas do Município, na Unidade de Conservação Ambiental do Parque Rio das Onças.

Tem desenvolvido ações de adensamento e recomposição da mata ciliar da Unidade de Conservação Ambiental do Parque Rio das Onças; também tem

operacionalizado projetos de reciclagem de resíduos sólidos urbanos em Matinhos. Além disso, atua na manutenção de auxílio educação e acompanhamento de estagiário no Parque Florestal Rio das Onças.

Em outro âmbito, tem desenvolvido estudos e projetos, como os que permitiram a elaboração do plano de uso público do Parque Florestal Rio da Onça, a elaboração e implementação do projeto de reciclagem de resíduos sólidos urbanos; e a criação do parque linear do Balneário de Curraes.

PROJETO DE LEI Nº 650/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a União Geral dos Moradores e Amigos de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana, com sede na Rua José Alcides de Lima, 105 - Vila Formosa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A União Geral de Moradores e Amigos de Bairros, também conhecida como União Geral, foi fundada em 1982, com o objetivo de unificar os movimentos e reivindicações das Associações de Moradores e Amigos de Bairro na cidade de Curitiba, em particular, pelas reivindicações da população por transporte, moradia, trabalho, alimentação, segurança, saúde, educação, lazer etc. Nesses 23 anos, a União Geral esteve presente nos principais movimentos sociais da cidade de Curitiba, formulando políticas, debatendo e apresentando propostas aos principais problemas da cidade.

A União Geral, ao reunir as associações de moradores e amigos de bairro, vilas e jardins, contribuiu (e contribui), em vários sentidos, com a cidade de Curitiba e Região Metropolitana. Ajudou a fortalecer os movimentos comunitários, promovendo eventos que qualificaram (e qualificam) as associações e seus participantes. Contribuiu, decididamente, para que os problemas urbanos fossem tratados de forma democrática ao conseguir dar voz às populações que vivem em situações de miséria e com diferentes formas de exclusão em relação aos bens públicos e sociais. União Geral, também, vem estabelecendo parceria em projetos sociais desenvolvidos por ações governamentais em âmbito municipal, estadual e nacional.

A cidade de Curitiba já reconheceu a importância da União Geral e a declarou de Utilidade Pública Municipal pela Lei 7.794 de 27 de novembro de 1991.

Isto posto, pedimos que esta Casa de Leis, em nome do povo do Paraná, reconheça a importância da

União Geral para Curitiba e Região Metropolitana, declarando-a como de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 651/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Projeto de Dança Arte Geral, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Arte Geral, enquanto entidade civil, tem por finalidade fins artístico e educativo tendo com objetivos principais:

I - complementar a educação através do ensino de arte;

II - estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania através da educação do Arte Geral, por meio de atividades artísticas, para melhorar a qualidade de vida da população;

III - promover a assistência social e beneficente nas áreas da infância, adolescência e educação para pessoas carentes;

IV - difundir atividades educativas, culturais e científicas realizando pesquisa, conferências, seminários, cursos, treinamentos, editando publicações, vídeos, processamento de dados, assessoria técnica nos campos ambiental educacional e sócio cultural, bem como comercialização de publicações, vídeos, serviços e assessoria, programas de informática, camiseta, adesivos, materiais destinados a divulgação e informação sobre os objetivos do Arte Geral, desde que o produto desta comercialização reverta integralmente para a realização desses objetivos;

V - estimular a parceria, o diálogo local e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades de atividades que visem, interesses comuns;

VI - difundir o conhecimento da arte;

VII - educar os alunos para o convívio social através de valores como: disciplina, compromisso, responsabilidade, honestidade, sinceridade e respeito, dentre outros reconhecimentos importantes;

VIII - encaminhar os alunos que podem desenvolver melhor suas habilidades para instituições parceiras, ligadas à arte e educação, que possam trabalhá-las com mais proficiência.

Essas Sras. e Srs. Deputados, foram as razões que os levaram a apresentar o presente projeto de lei, que com certeza terá apoio dos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 652/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Conselho de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha de Itaipu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, trata-se de uma associação cuja finalidade é colaborar na integração entre escola e comunidade, prestando assistência aos alunos, professores e funcionários, buscando o aprimoramento do ensino através de atividades educativas, culturais e desportivas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de passarmos ao Horário das Lideranças, gostaria de convidar o Deputado Valdir Rossoni para receber desta Presidência informações encaminhadas ontem pelo Secretário Airton Carlos Pisseti, conforme requerimento anteriormente aprovado.

(É realizada a entrega ao Deputado Valdir Rossoni)

Horário das Lideranças:

No horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto, por dez minutos.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se fosse em uma residência normal, nós não teríamos que subir a esta tribuna para trazer mais essa denúncia para o povo do Paraná tomar conhecimento a quantas anda a violência no Estado. Um santuário religioso, santuário eucarístico, em plena região nobre da cidade de Londrina, a Avenida Madre Leoni A., quatro freiras, Irmãs Claredianas, que cuidam de uma Casa de Caridade com cento e noventa crianças, uma das freiras foi abrir a porta, atendendo a campanha, recebeu dois homens armados que deram uma coronhada na cabeça de uma delas. Amarraram, juntamente com outras três, uma delas paraplégica, que cuidava, inclusive, de uma outra que foi feita de refém, uma órfã de quarenta e cinco anos de idade, portadora de necessidades especiais. Três horas em poder, com um revólver apontado à cabeça de mulheres

puras que cuidam da purificação da alma e que fazem um trabalho filantrópico na cidade de Londrina.

Por que merece tanta violência e desatenção do Governo do Estado à questão da segurança pública?

Levaram dois mil reais que era para pagar a aposentadoria de outras Irmãs Clarecianas, no Rio Grande do Sul, aqui, no Paraná, e também em Santa Catarina; trezentos e vinte e cinco reais de doações de festas infantis; seiscentos reais do dinheiro do Lar. E deixaram por mais de uma hora essas Irmãs amarradas.

E aí vemos a propaganda oficial do Governo dizendo que está bem, que a segurança nunca esteve em um nível tão bom. E somos obrigados a discordar, porque este Deputado chega a passar até por mentiroso porque eles dizem para mim nas ruas, na cidade de Londrina e falam: “você precisa fazer alguma coisa, a questão da violência está demais.” E todo dia eu tenho subido a esta tribuna, tenho protocolado requerimento, mas o Governo prefere acreditar que está tudo bem na questão da segurança pública.

Ora, ontem entraram em uma escola, dois vândalos conseguiram passar pela zeladora em um colégio da zona rural de Londrina, no distrito de Paiquerê. Entraram na sala de aula com quarenta alunos e espancaram um aluno de dezesseis anos dentro da sala de aula, onde há cerca de quinze dias tivemos também em uma outra escola dois jovens sendo apreendidos com armas: um calibre 38 e outra arma. Agora, onde é que está a patrulha escolar, que é cantada em prosa e verso pelo Governo do Estado como a panacéia para os problemas da segurança, principalmente dos jovens e adolescentes em idade escolar?

Em plena sala de aula: o Diretor espantado, a professora estupefata. Os bandidos, meliantes, invadem uma sala de aula para fazer um espancamento a um aluno que está estudando. Também na principal região do Norte da cidade, o Cinco Conjuntos, três horas da tarde, atiraram contra um trabalhador. E a população está tão revoltada que fechou a Avenida Saul Elkind para protestar contra mais essa atitude de violência. Os funcionários do Hospital Universitário de Londrina pararam as suas atividades para clamar por segurança que não possuem. E nós vamos ficar calados diante de tudo isso?

O Governo precisa ter consciência do que está acontecendo com a segurança pública do Estado do Paraná!

E o pior de tudo, diante de tantos escândalos, é que estamos vendo que a própria população começa a envolver-se por caminhos tortuosos, pelo descrédito da classe política. Eu vejo missivas publicadas em alguns jornais de grande circulação, onde pregam, por exemplo, a volta dos militares ao poder.

Estou aqui com uma carta de um artista plástico que diz que tem vergonha de ser brasileiro, porque os jornais noticiam a corrupção política. Eles sofrem com a maior carga tributária do mundo e o dinheiro arrecadado vai parar no bolso de políticos, de partidos, e empresários criminosos. Nossas instituições se transformaram em ver-

dadeirasas quadrilhas. Escreve aqui esse cidadão que faz um verdadeiro desabafo. Nós até entendemos este momento, essa forma de se manifestar, mas esse direito que ele tem hoje de emitir a sua opinião é graças ao livre arbítrio que foi proporcionado pelo regime democrático que nós estamos vivendo.

Se não fosse o estado democrático de direito, opiniões como essa que eu acabei de ler aqui ou até mesmo a opinião de um Deputado que aqui está, como o Deputado José Domingos Scarpellini que viveu os anos de chumbo da ditadura, sabem que não estariam vivos, não amanheceriam.

Nós temos que preservar as nossas instituições, temos que banir os anos negros da ditadura militar e não podemos admitir, Deputado Dobrandino, que tenhamos manifestações como essa de pessoas que querem a volta da ditadura. Esse é um caminho perigoso. Recentemente comemoramos aí mais de trinta anos do assassinato de Vladimir Herzog, nos porões do Doi-Codi em São Paulo, o desaparecimento de Manuel Fiel Filho, e de tantos outros. Será que queremos que esse descrédito da classe política descambe também para permitir a volta, Deputada Elza Correia, da ditadura ou de pensamentos como esses, que são retrógrados, de pessoas que não vivenciaram os piores anos que nós tivemos?

E a insistência é cada vez maior: “não, tem que voltar a ditadura”. Aqui temos Deputados experientes, como o Deputado Antonio Anibelli, e tantos outros que viveram na pele tudo isso que representou.

Então, subo à tribuna na tarde de hoje para dizer que não podemos aceitar regimes de exceção com aparência de moralidade, mas também não podemos aceitar que na democracia a corrupção seja premiada. Há necessidade de se punir exemplarmente aqueles que prevaricam. O Supremo Tribunal Federal está recebendo críticas, uma moção, como aconteceu lá no Rio Grande do Sul, quarenta juízes chegaram a pedir a renúncia do Ministro Nelson Jobin.

Ainda bem que ele conseguiu consertar a tempo, senão a sensação de impunidade que paira no ar e a possibilidade das investigações não corroborarem aí ou calharem para as punições exemplares é muito perigoso para o momento que nós estamos vivendo, este momento que a democracia está em cheque. Nós não podemos fazer como marido traído que pega a esposa no sofá da sala com o amante e vende o sofá. Que troquem os políticos mas que permaneçam a democracia, não adianta vender o sofá.

Era esse o meu pronunciamento, o meu desabafo até, Sr. Presidente Hermas Eurides Brandão, na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Plauto Miró Guimarães, PFL.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

(Lê):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Porto de Paranaguá acaba de perder a primeira colocação no ranking brasileiro de exportação de soja. Agora quem tem este título é o Porto de Santos.

Os dados são do Ministério do Desenvolvimento (MDIC) e foram publicados hoje pelo jornal Gazeta do Povo.

A matéria confirmou o que todo mundo já desconfiava: o Porto de Paranaguá está afundando.

Enquanto as vendas brasileiras de soja para outros países subiram 5% entre 2003 e 2005, em Paranaguá houve uma queda de 16,5% no mesmo período.

Isso acontece pela teimosia do Governador Requião e seu irmão em barrar soja transgênica nos terminais e em parte reflete os efeitos da quebra da safra.

É comum ver em São Francisco do Sul o descarregamento de caminhões da Coamo, maior exportador do setor agrícola no Paraná e que tem um terminal em Paranaguá.

Isso mesmo, Srs. Deputados: enquanto Paranaguá afunda comandado pela insensatez, pelo ódio e pela incompetência, o pequeno porto catarinense cresce a olhos vistos. Não é à toa que os catarinenses costumam dizer que o melhor Governador de Santa Catarina chamasse Roberto Requião, e que querem outorgar o título de Cidadão Honorário de Santa Catarina a Requião e a seu irmão Eduardo.

Foi no porto catarinense que mais cresceu o embarque de soja nos últimos dois anos, graças à política paranaense de barrar os transgênicos.

Nos primeiros nove meses de 2003, foram exportadas 716 mil toneladas do grão por São Francisco. No mesmo período de 2005, foram 1,8 milhão de toneladas, um aumento de 161%. Parte significativa desse volume tem origem no Paraná.

Há dois anos, os exportadores paranaenses escoaram 106 mil toneladas por Santa Catarina. Neste ano, foram 443 mil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: estão aí os pareceres técnicos da Antaq, DNIT, Tribunal de Contas da União a apontar muitas irregularidades nos portos do Paraná, que os dirigentes da Appa preferem considerar como perseguição política.

Eles não têm grandeza política para aceitar que erraram; não tomam atitudes para corrigir esses descabidos. Não se curvam. Portam-se como deuses. São ídolos de bronze com pés de barro. Podem ruir no mais tímido tropeção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A próxima safra de soja começa a ser plantada neste mês e deve ser formada por até 25% de grãos geneticamente modificados.

No Paraná, grandes exportadores, como a Coamo, cooperativa de Campo Mourão, já anunciaram que colocarão à disposição dos produtores sementes transgênicas. Isso quer dizer que haverá mais soja transgênica no mercado e que torna mais difícil fazer a segregação.

E quer dizer também que o Porto de Paranaguá vai ter embarques cada vez mais reduzidos de soja. E não adianta fazer propaganda, torrar dinheiro público em campanhas como “O Porto é Nosso”, cooptar governos e sindicatos, porque além desses círculos, ninguém tem dúvida: o porto só será salvo quando mandarmos a família Requião para casa nas eleições de 2006.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli.

Liderança do PMDB: Deputado Antonio Anibelli

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No próximo domingo teremos o referendo com respeito ao desarmamento da população brasileira. Todos os brasileiros serão chamados para dar o seu voto: o SIM ou o NÃO. Vemos e ainda ouvi o discurso do Deputado Barbosa Neto falando mal da revolução de 64, que eu endosso. Porém, se desarmarmos a população, Deputado Barbosa, pode ter certeza absoluta que estaremos favorecendo a esses radicais da direita a terem a população brasileira desarmada, como desejam aqueles que querem ver os bandidos tomando conta. Tem um artigo do Ágide Meneguetti publicado na Gazeta do Povo que diz o seguinte: “quando todas as armas forem propriedade do Governo e dos bandidos, esses decidirão de quem serão as outras propriedades”. Quer dizer, estaremos favorecendo aos bandidos, aos radicais, aqueles que não conhecem a responsabilidade do cidadão brasileiro e da cidadã. Se o ladrão souber que na sua casa existe uma arma, ele não virá na sua propriedade.

Por isso, Sr. Presidente, em nome da parcela do meu partido, em nome dos companheiros que eu defendo o voto NÃO. Defendo o número 1. Já fizemos diversos pronunciamentos. E estamos conclamando, abrindo os olhos dos cidadãos brasileiros e paranaenses para dizer que não podemos ser enganados por alguém que está aí. Por infelicidade uma das pessoas que está à frente do SIM é o Presidente do Senado, que não tem sido correto com o nosso partido, o PMDB. E está aí agora a apresentar uma emenda constitucional fazendo com que o Governo Federal, Estaduais e Municipais tenham que ter parcelas para a segurança pública. Eles estão antevendo a derrota. E já estão procurando uma outra maneira de aparecer para amanhã ser candidato a presidente ou a vice, ou defendendo o interesse que não é o nosso, da nação brasileira, para que seja constitucionalmente, uma

emenda constitucional, se não me falha a memória 5% da arrecadação do Governo Federal, 5% do Estado para que seja aplicado em segurança pública. E os governos municipais também terão 1%.

Concedo a palavra ao Deputado Bradock e em seguida, Deputada Elza. Só peço que sejam sucintos, porque tenho que dar parcela do meu tempo ao Deputado Artagão Júnior.

O Sr. Delegado Bradock (PMDB)

Endossamos o seu pronunciamento, Deputado Anibelli, e também dos demais Deputados desta Casa que têm o firme propósito de defender sim à vida. Nós do NÃO, estamos realmente defendendo a vida, não como pregam as pessoas do outro lado. Nem na Revolução de 64 a população foi desarmada. Então, é muito temeroso que, numa situação de hoje, desarme-se a população, onde não temos efetivamente, uma grande segurança disponível, não só no Estado do Paraná. Queremos, sim, a vida, mas queremos ter o direito de ter um dia, se quiser, uma arma em casa. Não estamos pregando que as pessoas andam armadas pelas ruas, mas que tenham o direito de ter uma arma em casa. Por isso, é “1”, é NÃO.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado.

Concedo aparte à Deputada Elza Correia.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

É só um minutinho. Não vamos travar aqui um debate.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Não temos tempo.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Apenas para dizer que, da mesma forma que eu acho equivocado dizer que a bancada do NÃO é a bancada da bala, porque isso é desrespeitoso, também acho que chamar os que estão no SIM como bandidos e radicais, também não fica bem.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Não me ofendo.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Eu me ofendo porque não sou nem bandida e nem radical. Isso é uma questão das vítimas da ditadura e eu sei muito bem do que trata esse assunto.

Então, apenas para dizer que tem que ser uma discussão sem paixões, com tranqüilidade, mas sem ofensas morais.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Eu agradeço. Sr. Presidente, restam quatro minutos. Transfiro ao Deputado Artagão Júnior que entrará um pouco no Horário da Liderança do Governo, de acordo

com o Deputado Dobrandino da Silva, que falará no Horário do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

NÃO, no dia 23.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Artagão Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos presentes.

Quero alertar para uma possível situação de conflito na região de Reserva do Iguaçu. Há mais de dois anos, 170 famílias estão acampadas ao lado da Fazenda Fiat Lux, de propriedade da Fiat Lux, no município de Reserva do Iguaçu. Durante esse processo, um entendimento, mediado pelo Incra, sendo feito com a empresa Fiat Lux, para um entendimento pacífico, o que efetivamente será finalizado no dia de amanhã. Ocorre que o MST está se mobilizando com o apoio do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, que autorizou cem famílias a acamparem no Centro de Eventos daquele Município. Estão se preparando para uma possível invasão daquela propriedade em negociação, na próxima sexta-feira à noite.

Isso nos causa uma preocupação e uma estranheza muito grande, porque essas 170 famílias que acampadas estão há mais de dois anos, ao lado dessa propriedade e que tendo participado de dezenas de reuniões com o Incra, com os proprietários da Fazenda Fiat Lux, tendo entrado num acordo e tendo tramitado o processo no Incra e tendo recebido agora a informação oficial que amanhã esse processo estaria sendo encaminhado para Brasília, farão o que preciso for para defender esse direito que lhes compete em função de toda essa negociação e nós, como representantes daquela região, como os Deputados Rossoni e Nereu Moura também, temos que nos preocupar, porque se houver de fato essa invasão, essas 170 famílias que lá estão, defenderão o seu direito custe o que custar. Através de um conflito armado ou através de uma disputa direta ou através de uma invasão antecipada, o que comprometerá, sem dúvida alguma, o futuro das negociações. São 170 famílias. Outras 100 do MST que acamparam de segunda-feira até hoje, no Centro de Eventos daquele Município e uma mobilização ainda maior continua sendo feita. É um momento que nos causa preocupação.

Comunicamos ao nosso Vice-Governador, Secretário da Agricultura. Estamos comunicando à Secretaria da Segurança, pedindo medidas preventivas de precaução nesse sentido. Pedimos auxílio ao Deputado André Vargas, como Presidente do Partido dos Trabalhadores, na tentativa de amenizarmos esse possível conflito e faço um alerta aqui nesta Casa de Leis para que todos, na medida

do possível e, segundo as suas possibilidades nos ajudem, porque será, sem dúvida alguma, de muita gravidade se esse conflito vier a se confirmar.

Portanto faço aqui esse alerta como representante daquele Município e por ter acompanhado todo esse processo de negociação junto a essas 170 famílias, justamente, pelo fato de não terem invadido aquela propriedade. Porque se assim tivessem feito não teriam o nosso apoio.

Acredito que é esse o caminho para solucionarmos o problema. O Incra, depois de longo tempo de tramitação do processo, agora chegou a alguma conclusão. E num entendimento pacífico, ordeiro, que estamos prestes a alcançar, não podemos deixar que esse movimento venha atrapalhar esse tipo de ação.

Esse era o meu alerta, fica registrado a minha preocupação e o pedido para que os nossos Pares, desta Casa e todos aqueles que puderem nos ajudar, assim o façam tentando evitar esse conflito, tentando evitar quem sabe até mortes. Evitando, sem dúvida alguma, que uma negociação que interessa a todos seja evitado em função dessa invasão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo. Deputado Dobrandino.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos constantemente ouvido aqui as críticas ao Governo, mas hoje eu quero falar de coisas boas do nosso Governo Requião.

Hoje, se fosse falar das boas ações do Governo, nós ocuparíamos todo o espaço desta Sessão e seria ainda insuficiente. Mas, hoje, na parte da manhã, tivemos uma solenidade com a presença do Governador e o Secretário da Agricultura e um número muito grande de pessoas, que são beneficiados pelo Programa Distribuição de Leite da Criança. Tinha lá mais de mil pessoas no Hotel Mada-loso, que comemoravam esse programa. Inclusive, nós assistimos a inúmeros depoimentos de pessoas que são beneficiados por esse programa do Governo Requião.

Claro, foi uma decisão política do Governo, foi uma proposta da sua campanha e o Governo instalou e está dando certo felizmente. Podia na verdade não ser aplicado um programa como esse, porque o Governo não era obrigado a instalá-lo. Mas, o Governo Requião, que tem um compromisso com a população e assumiu publicamente, vem cumprindo religiosamente com grande benefício à população.

Hoje, nós assistimos ao depoimento das pessoas, Sr. Presidente. O que destacava a importância do programa, as crianças que muitas vezes não tinham os pais com condições de alimentá-las e viviam nos postos de

saúde e hospitais. Hoje, as famílias vêm às crianças saudas e estão satisfeitas com esse programa.

O Governo está reforçando, agora, através do seu orçamento, no próximo ano, para aumentar ainda mais se for necessário esse programa.

Então, queria dizer que este, entre tantos programas, é um grande programa deste Governo. Só isso já vale um mandato, como é o Governo Requião. Embora saibamos que têm algumas ações polêmicas, do Governo, como o caso dos transgênicos e dos pedágios. O Governo tem a sua posição e vai provar no final que estava certo. Mas, esses programas sociais, vale a pena um destaque especial, porque é alguém que está voltado para o interesse dos menos favorecidos. Esse é um Governo sério.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

Quero apenas parabenizar V. Exa., sabedor da justiça e da correção que esse programa vem alcançando na sua implantação, no Estado do Paraná inteiro. Em muitas cidades do nosso Estado as crianças sofrem de desnutrição, principalmente na região metropolitana da capital.

Hoje pudemos perceber, e temos os dados, do quanto o alcance de um programa como esse, um programa simples mais da repercussão e do alcance social enorme para acabar com a desnutrição infantil no Estado do Paraná.

Faço esse aparte para fazer um registro de uma notícia que li na “Gazeta do Povo” de hoje, o Governador já tinha me relatado, mas hoje a notícia já é pública. O Governo do Estado entrou com uma ação contra o Banco Itaú e contra o Banco Central em relação ao processo de privatização do Banestado.

Na época foi privatizado por quase cinco bilhões de reais. Três bilhões e oitocentos e oitenta milhões de reais foram emprestados ao Governo do Estado do Paraná para fazer o saneamento.

A discussão que havia na época era que o Banestado poderia ser saneado por apenas um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Sendo que os créditos tributários do Banco ultrapassavam aquele valor.

Pois bem, o contrato feito entre o Banco Central e o Governo do Estado do Paraná, no processo de privatização, pasmem, apenas 61 milhões de créditos tributários foram compensados naquela operação. Isto é, o Itaú pagou um bilhão e quinhentos pelo Banco e recebeu, como crédito tributário um bilhão 620 milhões do Banestado.

Aquilo que dizíamos na Assembleia Legislativa e na sociedade há quatro, cinco anos atrás, de que o Banco Itaú receberia o Banestado de graça. A ação que o Governo está propondo junto à Justiça federal, hoje se comprova. Os paranaenses estão pagando sessenta milhões por mês até 2029 dessa dívida. E o Banco Itaú recebeu como crédito tributário um Banco de graça no processo de privatização.

O Governador Roberto Requião está com razão neste processo. Esperamos que o Banco Central julgue favoravelmente ao Estado do Paraná. O povo do Paraná não pode ser responsabilizado pelas irresponsabilidades cometidas por antigos diretores do Banestado e pelos governantes da época. Eles foram alertados pela Assembleia Legislativa, por diversos Deputados.

Parabéns ao Governador Roberto Requião. Deputado Dobrandino, transmita ao Governador e à sua equipe os nossos sinceros parabéns por essa atitude, porque o interesse do Paraná deve estar acima dos governantes.

Muito obrigado!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Agradeço o aparte do Deputado Ângelo Vanhoni.

Quero dizer o seguinte: que esse Governo trava um enfrentamento contra os gananciosos, poderosos que querem dilapidar o patrimônio do Estado. E, por outro lado, as suas ações em favor dos menos favorecidos.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Também gostaria de cumprimentar a equipe do governo que elaborou essa ação. Ação esta que, aliás nós como CPI do Banestado da Casa tivemos a oportunidade de repassar inúmeros documentos do próprio Banco Central, das próprias auditorias do Banestado, conforme cita a ação.

A ação é proposta pelo Procurador-Geral do Estado e pelos Procuradores do Estado. A ação parece líquida e certa, porque o Banco Central participou da movimentação do prejuízo do Banco. Quase todos os ex-Diretores do Banco Central acabaram sendo Diretores do Banestado. O Banco Central identificou numa auditoria que o Banestado não tinha dinheiro para honrar os depósitos. Deixou chegar a cinco bilhões e pouco. Trouxe um prejuízo enorme ao Banestado. Os dois Bancos contratados, o Banco Fator e o Banco CCF avaliaram os créditos tributários em sessenta e um milhões de reais, sendo que os créditos tributários eram em torno de um bilhão e setecentos milhões de reais, conforme dito pelo próprio Presidente do Banco Itaú, ouvido aqui nessa CPI.

Então, além de estar torcendo muito para que essa ação se transforme em uma ação vitoriosa na Justiça, ao mesmo tempo, quero saudar todos aqueles juristas que coletaram documentos durante esse tempo da venda do Banco - 2000 (a CPI terminou em 2003). Eles estão entrando com embasamento jurídico bastante competente, e quero ter a certeza de que esses três bilhões e oitocentos e cinquenta milhões de reais possam vir a abater essa dívida, que não é possível que a população do Paraná continue pagando.

Não é justo que alguns poucos tenham recebido dinheiro do Banco e não pago e que, evidentemente, agora...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a V. Exa. para concluir o seu aparte porque encerrou o tempo do orador que está na tribuna.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Eu encerro o aparte e me inscrevo no Pequeno Expediente da próxima Sessão, se V. Exa. assim permitir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A próxima Sessão será de antecipação, portanto, V. Exa. está inscrito para segunda-feira.

Deputado Dobrandino para concluir.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Agradeço ao Deputado Neivo Beraldin.

No dia de ontem, tivemos uma reunião com o Governo do Estado e o Governador relatava sobre esse processo, essa ação que o Governo está entrando contra o Banestado. Mencionou, inclusive, o Deputado Neivo Beraldin, que foi quem presidiu a CPI do Banestado e tem um conhecimento profundo. O Governo só não entrou antes porque estava fazendo um apanhado de dados para entrar com um processo bem fundamentado e, com certeza, será vitorioso. Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero responder ao Secretário da Comunicação, ao próprio Governo e gostaria, se possível, da atenção do Deputado Dobrandino e da RIC Notícias, se pudesse receber a mensagem senão peço para minha assessoria de Imprensa que encaminhe à RIC Notícias, à TV, o meu pronunciamento.

Meus caros amigos, ontem eu fui chamado de ignorante digital. Aí a RIC Notícias, hoje, fez um amplo comentário em cima disso. Claro, não tenho dinheiro para dar para a RIC Notícias. E, também, reafirmou o que foi dito pelo Governo. Só vou citar um fato, porque não me aprofundei, mas pelo que vi, aqui, o Secretário, novamente, manda a metade das despesas com comunicação, mas não quero afirmar isso porque quero um tempo, vou mostrar que não sou ignorante, nem analfabeto e nem sou bobo digital.

Sr. Presidente, a matemática é exata. Rapidamente, fazendo um levantamento e acessando o site, por incrível que pareça, conseguimos um fato inédito porque a ignorância não deixa que você acesse, mas por um lampejo momentâneo consegui acessá-lo. Está aqui, Deputado Dobrandino. Por isso, estou dizendo que o Secretário da Comunicação está faltando com a verdade com a Assem-

bléia Legislativa. Agora, já é um caso da Assembléia Legislativa. O Secretário encaminhou a este Parlamentar, dias atrás - as informações que eu disse que estavam incompletas e vou citar um item -, porque não me aprofundei. Em alguns minutos não deu tempo. Aqui tem o PADV da Foto-laser. O Secretário mesmo que informa que no ano de 2005, de janeiro até setembro gastou com essa Foto-laser um milhão e 430 mil. Tudo bem, o Secretário informou e eu acreditei. Acessei o site da gestão do dinheiro público, onde especifica os gastos da Foto-laser. Pasmem os Srs.! Os Srs. podem sair daqui e acessar o site em seus gabinetes, agora. Sabem quanto está no site os gastos da gestão pública? 240 mil. Sabem o que aconteceu? Quando a pessoa mente - o Lula, outro dia disse a verdade - tem que continuar mentindo a vida inteira e nunca consegue provar. Ele mandou um documento e esqueceu que me mandou esse documento. Presidente, está para acessar no site agora e V. Exa. poderia determinar um funcionário para acessá-lo - da gestão do dinheiro público. Ora, se ele me informa a vinte dias atrás, que gastou com a Foto-laser um milhão e quatrocentos, como é que no site estão 240 mil? Como é que posso acreditar no site da gestão do dinheiro público? Com o poder econômico procuram me transformar, porque não vão conseguir nunca em um incompetente. Acho que sou um incomodante. Eu incomodo muita gente.

Meu caro líder, Deputado Dobrandino, Sr. Presidente da Assembléia, pelo que vi, recebi novamente as informações que já havia recebido na semana passada.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT) (Aparte)

Posso lhe fazer uma pergunta?

(Assentimento)

Estou acompanhando o seu raciocínio, Deputado Valdir Rossoni, mas gostaria de fazer uma interrogação. Não há informação, em papel, fornecida pelo Secretário, de um milhão e 450 mil? Ela pode ser absolutamente verdadeira. A informação constante no site também pode ser verdadeira, de 240 mil. O senhor pode dizer o seguinte: o site não está informando corretamente. Pode não estar informando corretamente. Pode não estar atualizado.

Eu já vi no site da Prefeitura de Curitiba, uma série de informações que não correspondem com os dados fornecidos pela própria Prefeitura. Isso acontece não por erro, não por má-fé, porque a contabilidade tem que aparecer no Tribunal de Contas, na Secretaria da Fazenda.

Uma sugestão a V. Exa.: contradições como essas que o senhor está encontrando, iguais a essas, acho que são fáceis de dirimi-las. A hora em que dirimir, que for verdade que não gastou um milhão e 400, aí sim, V. Exa. tem toda a razão que façamos qualquer juízo de valor, sobre a prestação de contas do Secretário. Mas não vi contradição, a não ser que a informação esteja equivocada e não estar correta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Meu caro Deputado, V. Exa. tem que convir comigo, que o Governo ontem falou para nós acessarmos o site da gestão pública. Eu acessei o site e é muita diferença! O que aconteceu com o Secretário, na verdade, ele não lembrou que me havia prestado algumas informações, porque se eu tivesse ido atrás do site do Governo de ontem, da gestão pública, é uma farsa. Está aqui e foi tirado agora. Se for tirado neste momento, que a informação não chegou na Secretaria da Comunicação até o presente momento, vai ter esse número aqui.

Há dois tipos de relatórios: há por pagamentos; e há o valor total que a empresa recebeu até o presente momento. Então, para você tirar o valor total que a empresa recebeu até o presente momento, tem que tirar todos os dados. Está aqui a relação. Neste relatório e só por empresa. Ele deu aqui o número fixo.

Gostaria de ter o respeito do Governo da seguinte maneira, até porque, quem sou eu para pedir. Não estou fazendo nada mais nada menos que minha obrigação. Posso até cometer equívocos e, se cometê-los, venho com a mesma coragem que tenho para criticar, venho para pedir desculpas: olha, errei a minha afirmação, porque não sou um expert nisso aqui. Agora, não pode o Governo querer transmitir à população, quando peço uma informação como essa, importantíssima, com as colocações que o Secretário está fazendo nos meios de comunicação. É um desrespeito.

Então, se cada Deputado que pedir uma informação for ofendido, nós vamos ter que ir para casa, pedir à população desculpas dos votos que recebemos e não fazer mais nada, se nós ficarmos com medo disso. Por essa razão estou vindo à tribuna! Estou vindo à tribuna para pedir respeito, porque ainda ontem, Deputado Dobrandino, disse o seguinte: não quero fazer afirmações sem ter a documentação completa. E por quê?

Para não cometer equívoco, para não pré-julgar. Agora, Deputado Dobrandino, pelo respeito aos Parlamentares desta Casa, não se pode fazer uma campanha como está se fazendo em cima da minha pessoa, querendo alegar que não tenho condições de acessar a internet, por causa de uma informação que causa preocupação. Desculpe-me, Deputado Dobrandino, mas meu horário enecerrou-se e não posso lhe conceder um aparte!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 40 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 061/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente,

sugerindo a realização de concurso público para contratação de professores para a Unioeste, conforme solicitação do campus de Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3234, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicita antecipação da Sessão Ordinária do dia 20 de outubro, quinta-feira, para logo após o término da presente Sessão, e a diminuição de interestício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 433/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Sebastião, com sede e foro no município de Wenceslau Braz. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 074/2005, de 01/08/2005, em Projeto de Lei, pág. 25).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 456/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro no município de Rolândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 077/2005, de 08/08/2005, em Projeto de Lei, pág. 17).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 573/2005, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a entidade Trabalho Integrado de Menores - Tim, com sede e foro no município de Santa Helena. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

(Publ. no DA nº 099/2005, de 20/09/2005, em Projeto de Lei, pag. 14).

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 583/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio Agrícola à Criança e ao Adolescente “Meu Cantinho”, com sede e foro no município de Santa Terezinha do Itaipu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projeto de Lei, pag. 14).**

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, no dia 14 de junho deste ano, a Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa deliberou por pedir à Secretaria da Comunicação Social, os PADVS, os contratos de todas as despesas realizadas com publicidade com empresas, direta e indireta, através de agências. Enfim, um requerimento bastante minucioso, e até esta data ainda não chegou, sendo que a Constituição do Estado determina cinco dias para que o Poder Executivo passe essas informações oficiais.

A Comissão de Fiscalização e Controle está sendo prejudicada no seu trabalho em relação à Omissão por parte do Governo.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Só uma correção, nobre Deputado: a Constituição fala em trinta dias; o decreto do Governador que são cinco dias.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não, a Constituição determina cinco dias e o Regimento Interno também. Peço, que por favor, seja lida a Constituição, artigos 74, 75 e 76; artigo 33 inciso 15 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Artigo 55: “A Mesa da Assembléia Legislativa encaminhará pedido escrito de informações ao Secretário de Estado, a requerimento de qualquer Parlamentar, após aprovação pelo Plenário.”

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não, pela Comissão de Fiscalização...

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

“Parágrafo Único. Importará em crime de responsabilidade do Secretário: a recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação das informações falsas.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. lesse os poderes da Comissão de Fiscalização e Controle da Casa; não estou me referindo à Mesa, e sim aos poderes da Comis-

são de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Confesso a V. Exa. que não consegui encontrar aqui os cinco dias que V. Exa. faz menção...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas não será difícil porque a Comissão de Fiscalização é a única Comissão que tem seus poderes garantidos pela Constituição do Estado.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Até o final da Sessão eu respondo a V. Exa. No artigo 54 fala-se em trinta dias.

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho, com sede e foro no município de Jataizinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que cria o Programa Vida Nova Mulher Mastectomizada e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDMCA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a presença de acompanhantes a enfermos na unidade de terapia intensiva (UTI), dos hospitais, casas de saúde e maternidades no Estado do Paraná, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05.04.2005, em Projeto de Lei, pag. 11).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 156/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 156/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre a presença de acompa-

nhantes e enfermos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), dos hospitais, casa de saúde e maternidades no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

O Estado tem competência para legislar sobre a matéria nos termos do artigo 24, inciso XII da Constituição Federal:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.”

O direito à saúde é direito social consagrado no artigo 196 da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Desta forma, a presente iniciativa possui amparo constitucional, sendo louvável toda e qualquer medida que tenha por escopo propiciar melhores condições para a recuperação do paciente, preservando sua dignidade e a da sua família.

Por fim, há que se destacar que o artigo 3º do presente projeto de lei deve sofrer emenda corretiva para se adequar à redação, conforme exigido pelo artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, que estabelece normas para a elaboração, redação e consolidação das leis.

“Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma de emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 156/2005

O artigo 3º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Sessões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Reni Pereira, Ratinho Júnior, Artagão Júnior e Delegado Bradock.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 156/2005

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

O presente projeto, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre a presença de acompanhantes e enfermos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais, casas de saúde e maternidades no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Do Parecer

Preliminarmente deve-se ressaltar que a função de promoção da Saúde e Assistência Social é de competência comum dos três entes federativos, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 23, inciso II.

O projeto ora em análise busca contribuir para recuperação dos pacientes através da presença nas UTI's de pais, parentes e amigos.

Isto posto, não havendo nada a obstar o trâmite do referido projeto, somos favoráveis à regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 06.10.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que corrige a denominação do município beneficiado pelo Plano de Aplicação da Lei nº 14.600 de 27.12.2004, de Iguatu para Santa Mariana. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2005, de 02.08.2005, em Projeto de Lei, pag. 10).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 438/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, tem por fim corrigir a Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, a qual dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 2005. No protocolo nº 0323 da referida lei, consta município de Iguatu, onde deveria constar município de Santa Mariana, e a essa correção pretende proceder o projeto em análise.

Fundamentação

Sobre as alterações à Lei Orçamentária Anual, a Constituição do Estado do Paraná determina, em seu artigo 134, parágrafo 3º, III, a:

Art. 134...

(...)

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual e aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que pretende corrigir uma falha trazida pela Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, a Lei Orçamentária do Exercício de 2005.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis, complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Desta forma, em sede de parecer, opina-se pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 438/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, corrige a denominação do município beneficiado pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004.

Fundamentação

A Lei nº 14.600/2004 estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2005. Nos anexos da referida lei o nome do município está como Iguatu, designa-se a alterar de modo a corrigir a denominação do município para Santa Mariana, uma vez que houve erro na transcrição da lei.

Conclusão

No que compete a essa comissão, manifesta-se conforme lhe preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno desta colenda Casa, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação da matéria, objeto deste parecer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Consórcio entre Regiões Italianas e os estados do Paraná e Santa Catarina, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Apro-**

vado. (Publ. no DA nº 094/2005, de 12/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 16).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 545/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Ademir Bier, declara de Utilidade Pública o Consórcio entre Regiões Italianas e os estados do Paraná e Santa Catarina, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos de titularidade do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14/09/2005, em Projeto de Lei, pág. 14).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 562/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto, de autoria da Bancada do PMDB, vem trazer à baila a dispensa ou parcelamento dos créditos sob titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, ajuizados ou não, e geridos por força de lei, pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa LC 95/98, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal, LC 101/2000.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opino por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3242, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 562/2005.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos, ajuizados ou não, de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do Banestado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 16).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 563/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto, de autoria da Bancada do PMDB, vem trazer à baila a dispensa ou parcelamento, dos créditos sob titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião da privatização do Banco do Estado do Paraná S/A, ajuizados ou não, e por força de lei geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa LC 95/98, bem como Lei de Responsabilidade Fiscal, LC 101/2000.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opino por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3241, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 563/2005.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Progesi - Projeto de Gestante e Infância, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 102/2005, de 26/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 18).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 592/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Progesi - Projeto Gestante e Infância, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/10/2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Nove Bairros, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 106/2005, de 03/10/2005, em Projetos de Lei, pág. 14).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 606/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública a Associação dos Nove Bairros, com sede e foro no município de Londrina, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública a Amond - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras, com sede e foro no município de Quatro Barras. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 106/2005, de 03/10/2005, em Projetos de Lei, pág. 16).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 609/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Arlete Caramês, declara de Utilidade Pública a

Amond - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras, com sede e foro no município de Quatro Barras, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 609/2005

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Amond - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras, com sede no município de Quatro Barras e foro no município de Campina Grande do Sul, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimento nº 3235, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 15 e 16 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única (Proposições)

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 001/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 325/2004, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nºs 12, 13, parte dos nºs 11, 17, 18 e parte do nº 16 da quadra 281, localizados no loteamento O Espigão. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 211/2004

Curitiba, 14 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 257/2004, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 325/2004, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder à reversão da doação, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nºs 12, 13, parte dos nºs 11, 17 e 18 e parte do nº 16, da quadra 281, localizados no loteamento O Espigão, da sede municipal com área total de 3000 m2 (três mil metros quadrados) com todas as benfeitorias existentes atualmente.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência, decorre de ter sido o mesmo considerado absoluta e indiscutivelmente contrário ao interesse público, conforme esclarecimentos prestados pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar de que tal reversão não é possível e nem tem sentido, por vários aspectos, entre os quais pelo fato de que, as edificações feitas no questionado imóvel foram atendidas por verbas específicas e, por isso, não passíveis de, a qualquer título, poderem desligar-se do patrimônio estadual.

Demonstrando a grande complexidade a que está cercada a matéria e a preocupação de que não haja violação ao preceito contido no artigo 10 da Carta Estadual segue adiante transcrita, parte final da já mencionada manifestação da Fundepar:

“Acolho a argumentação explicitada nos Pareceres nº 793/2004 e nº 870/2004 - AT/RVC, da Divisão de Administração da Rede Física - DIRF/DEN e da Assessoria Técnica, respectivamente, concluindo pela inviabilidade da pretensão explicitada no Projeto de Lei nº 325/2004, originário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que trata da doação, ao município de Marechal Cândido Rondon, de parte do imóvel descrito na Matrícula nº 3.133, do Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca, de propriedade desta Autarquia, por conflitar com os interesses do ensino público, uma vez que vai de encontro com a política do Governo de expansão do ensino médio em todo o Estado.

Por fim, conforme recomendado pela Assessoria Técnica, é de todo relevante que este Instituto verifique a real situação fática dos imóveis de sua propriedade e até mesmo do Estado do Paraná, os quais estejam vinculados à área da educação, a fim de que haja o efetivo controle dos prédios escolares, como também impõe-se seja procedida a notificação da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon/Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda, para que encaminhe cópia do termo de cessão de uso que teria sido formalizado com esta Autarquia ou, em caso contrário, esclareça quem autorizou o funcionamento da instituição de ensino supracitada, no imóvel de propriedade do Fundepar.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 325/2004 encontra-se publicado no DA nº 076/2004, de 30.08.2004, em Projeto de Lei, pag. 09)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 01/2005

P A R E C E R

O Projeto de Lei nº 325/2004 de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a proceder à reversão, ao patrimônio do município de Marechal Cândido Rondon, da doação dos imóveis urbanos nº 12, 13, parte dos números 11, 17, 18 e parte do nº 16 da quadra 281, localizados no loteamento O ESPIGÃO, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 115/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Chopinzinho, lote do terreno situado no mesmo município. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 139/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 181/2005, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com as disposições do artigo 87, inciso VII, combinadas com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 115/2005, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista informações da Secretaria de Estado dos Transportes, de que o imóvel, cuja doação é pretendida, é imprescindível à administração estadual, estando, atualmente, ocupado por dependências do Núcleo nº 4, do Departamento de Estradas de Rodagem.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 115/2005 encontra-se publicado no DA nº 013/2005, de 16.03.2005, em Projeto de Lei, pag. 07).

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 77/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 115/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, vetado pelo Governador do Estado, pretende autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Chopinzinho lote de terreno situado no mesmo Município.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições federal e estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário Padre Paulo Campos, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação em bloco do item 15 e 16. Item 15 é o veto apostado ao Projeto de Lei nº 325/2005 e o item 16 veto apostado ao Projeto de Lei nº 115/2005.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, queria solicitar aos Srs. Deputados e a base de apoio ao Governo para que possamos manter os dois vetos do Governo, votando com a expressão SIM.

Obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Padre Paulo Campos)

(Procede à chamada nominal dos Deputados, para votação)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convido os Deputados Delegado Bradock, Elza Correia e Pastor Ailton Araújo para a contagem dos votos.

Trinta votantes: dezoito (18) votos SIM; onze (11) votos NÃO; um (1) voto em BRANCO.

Estão mantidos os vetos.

Requerimentos:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa requerimentos nºs 3223 e 3224, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3226 e 3227, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3229, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3230, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3231 e 3232, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3233 e 3249, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3236, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3243, 3244 e 3245, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).

Requerimento nº 3246, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3247, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3251, de autoria da Deputada Cida Borghetti, com apoioamento do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 260/2004, 289, 420 e 572/2005 e do Projeto de Resolução nº 022/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 073 e 076/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 055/2005.

Levanta-se a Sessão.



DIÁRIO Nº 115

SUMÁRIO

Mesa Executiva 26

Presenças 26

Abertura da Sessão 27

Expediente:

Requerimentos 27

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

1ª Discussão 27

Discussão Única (Indicações) ... 33

Discussão Única (Proposições). 33

Encerramento da Sessão 33

Publicações:

Comissão Executiva:

Ato..... 34

Diretoria Geral:

Portaria.....34

Ata de Comissão:

Tomada de Contas.....34

109ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE OUTUBRO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Padre Paulo Campos e Elton Carlos Welter.

Presenças:

Às dezessete horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (37). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Rafael Greca e Waldir Leite (15). E em viagem representativa os Srs. Deputados Ademir Bier, Marcos Isfer (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 3248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 06 e 07 da

Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) DELEGADO BRADDOCK

REQUERIMENTO Nº 3250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do item 02 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) ELZA CORREIA

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 37 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão**ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer - GAPC, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2005, de 09.05.2005, em Projetos de Lei, pag. 18).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 260/2004

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer - GAPC, com sede e foro no município de Maringá, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 260/2004

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer - GAPC, com sede e foro no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e representação na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a doação voluntária de sangue em quartéis e outras instalações das Policiais Militar e Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 044/2005, de 17.05.2005, em Projetos de Lei, pag. 22).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 289/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de iniciativa do ilustre Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a doação voluntária de sangue em quartéis e outras instalações da Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, mediante a instalação de bancos de coleta de sangue humano, através do Instituto Estadual de Hematologia - Hemepar, destinados aos integrantes destas corporações, bem como a seus dependentes e excepcionalmente a outras pessoas que se apresentem como doadores.

No texto da proposição consta que a instalação e a operacionalização deverão seguir rigorosamente as normas contidas na Resolução RDC nº 343, de 13 de dezembro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, bem como a execução dos trabalhos serão precedidas de contato prévio da direção do Hemepar com os Comandantes e Diretor das Corporações mencionadas.

Estabelece a proposição que a metade do material coletado será, obrigatoriamente, disponibilizado às unidades hospitalares das corporações às quais pertençam os doadores ou por elas indicadas.

Dispõe ainda que o doador será dispensado de qualquer atividade nos dias da sua doação e seguinte, bem como as despesas decorrentes desta lei correrão por dotação orçamentárias do Hemepar, podendo o mesmo firmar convênio para essa finalidade.

O autor fundamenta a sua proposta pelo fato da existência de grande número de integrantes das corporações mencionadas, em ótimas condições de saúde, o que os torna potenciais doadores de sangue, e com isto contribuir na redução da carência de sangue humano (plasma) nos hospitais públicos do Estado.

Voto e Fundamentação

A ação governamental de instalar bancos de sangue nas dependências de quartéis e outras instalações da Polícia Militar e Civil do Estado, inclusive nas corporações especializadas do Corpo de Bombeiros, é uma iniciativa absolutamente plausível. Compreendemos que a proposta do Instituto Estadual de Hematologia - Hemepar de instalar bancos de sangue nestes locais pode elevar substancialmente a captação de sangue humano e assim, ao menos atenuar, a conhecida falta de plasma nos hospitais paranaenses.

No entanto, a proposição merece, no mínimo, reparos. Entendemos até que a iniciativa prescinde de norma legislativa. Uma lei de iniciativa parlamentar neste sentido seria apropriada se assegurasse um direito ao cidadão, o que não vislumbramos na presente redação. A ampla maioria das disposições do texto proposto é, de fato, matéria de eventual normatização administrativa.

Em que pese a dúvida da efetiva conveniência de uma lei para implementar a ação sugerida, arrolaremos algumas restrições formais do texto da proposição em análise, para, ao final, propor um substitutivo.

Primeiramente é vedado pela Constituição do Estado (artigo 66, inciso IV) ao Legislativo, fixar atribuições a órgãos da administração pública. O que enseja uma nova redação, alterando a atribuição do Hemepar ao próprio Executivo Estadual de forma genérica, o qual por sua vez em sede de regulamentação, deverá atribuir a função àquele órgão.

Também é inconveniente, em sede de um texto legal, fazer referência a uma norma administrativa, como uma Resolução, a qual poderá ser alterada a qualquer momento, o que tornaria a lei desatualizada, de forma que a referência também deve ser de ordem genérica.

Dispor que as despesas decorrentes da lei proposta correrão por dotações orçamentárias de um órgão da administração é imprópria, assim como todas as demais obrigações atribuídas ao Hemepar e seu funcionalismo, e até mesmo a dispensa de servidor público não pode ser de iniciativa parlamentar. Finalmente, ainda é incorreta a revogação genérica de normas.

Para tanto propomos e submetemos ao colegiado desta Comissão um substitutivo com a seguinte redação:

SÚMULA - Dispõe sobre a doação voluntária de sangue em quartéis e outras instalações da Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná.

Art. 1º O Estado do Paraná instalará Bancos de Coleta de Sangue Humano Móveis nos quartéis e outras instalações da Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, destinados ao aten-

dimento de doadores voluntários dos integrantes destas corporações e seus dependentes e, excepcionalmente outros doadores.

Art. 2º As instalações e operacionalização deverão seguir rigorosamente as normas fixadas pela legislação pertinente.

Art. 3º O material coletado em conformidade com o disposto nesta lei será, obrigatoriamente, disponibilizado, em um mínimo de 50% (cinquenta por cento), às unidades hospitalares das corporações às quais pertençam os doadores ou por elas indicadas, exceto se houver estoque que permita reduzir este percentual.

Art. 4º A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável ao projeto de lei apresentado pelo ilustre Deputado Mauro Moraes, quanto à sua constitucionalidade, legalidade e demais formalidades, para seguir as demais comissões, para a análise de seu mérito, porém na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 20.06.2004.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 289/2005

Art. 1º O Estado do Paraná instalará Bancos de Coleta de Sangue Humano Móveis nos quartéis e outras instalações da Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná, destinados ao atendimento de doadores voluntários dos integrantes destas corporações e seus dependentes e, excepcionalmente outros doadores.

Art. 2º As instalações e operacionalização deverão seguir rigorosamente as normas fixadas pela legislação pertinente.

Art. 3º O material coletado em conformidade com o disposto nesta lei será, obrigatoriamente, disponibilizado, em um mínimo de 50% (cinquenta por cento), às unidades hospitalares das corporações às quais pertençam os doadores ou por elas indicadas, exceto se houver estoque que permita reduzir este percentual.

Art. 4º A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 20.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 289/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, dispõe sobre a doação voluntária de san-

gue em quartéis e outras instalações das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná.

Sobre a matéria, vale salientar que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo, visando a adequação do texto às normas constitucionais.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública entende que o projeto será de grande importância a todos os paranaenses, visto que irá reduzir a carência de sangue nos Hospitais Públicos do Estado. A iniciativa é louvável, visto que deverá aumentar os estoques de sangue em nosso Estado, salvando, desta forma inúmeras vidas humanas.

Assim sendo no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33 parágrafo 10, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 289/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 289/2005

P A R E C E R :

Dispõe sobre a doação voluntária de sangue em quartéis e outras instalações das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná.

Em síntese, o projeto determina que o Estado do Paraná, utilizando-se do órgão competente já existente, instale bancos de sangue em espaços próprios da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

A CCJ deu parecer favorável à tramitação da proposição na forma do Substitutivo Geral que adequou a redação e suprimiu dispositivos. Alguns destes poderiam, inclusive, afetar a segurança nestes estabelecimentos.

A proposição não obriga que se instale em todos os quartéis e outras instalações. Portanto, no momento da regulamentação, poderão ser instalados postos regionais e até unidades móveis.

Em face do exposto o parecer é pela tramitação regimental na forma do substitutivo geral apresentado pela CCJ.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

TADEU VENERI - Relator

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

O Deputado Mauro Moraes não está no Plenário, e eu não tive tempo de ler porque chegou agora a pauta e esse projeto não estava na pauta anterior, a 1ª discussão.

Lembro que houve um projeto do Deputado Mauro que colocava uma série de exigências para a doação de sangue, que me parecia que perdia a legalidade e a consti-

tucionalidade da forma que estava colocado. Não sei se é o mesmo projeto.

Então, eu queria saber da possibilidade de retirar por uma Sessão, para poder me inteirar melhor e na segunda-feira estarmos votando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Transformo o pedido verbal de V. Exa. Gostaria que fizesse por escrito; nós colocamos o requerimento em votação.

Em votação o Requerimento nº 3250, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão, o Projeto de Lei nº 289/2005.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2005, de 28/06/2005, em Projetos de Lei, pág. 09).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 420/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 420/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, institui o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto apresenta óbices de natureza constitucional, tendo em vista que nos artigos 1º e 2º estabelece novas competências para Secretarias de Estado de Governo, fato que tornaria o projeto de iniciativa exclusiva do Governador nos termos do artigo 66, IV da Constituição do Estado do Paraná.

Todavia, o vício pode ser sanado se a redação do projeto for alterada, motivo pelo qual apresentamos substitutivo geral, possibilitando assim a tramitação regimental do projeto.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 420/2005

O Projeto de Lei nº 420/2005 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o ‘Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária’, no âmbito do Estado do Paraná, a ser outorgado em evento anual promovido pelo Poder Executivo Estadual.

Art. 2º Poderão concorrer ao ‘Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária’ os projetos oriundos dos Conselhos Comunitários de Segurança homologados, com a diretoria mínima completa, que estejam em situação regular perante a Coordenadoria Estadual para Assuntos dos Conselhos de Segurança e atendam às normas do Decreto Estadual nº 2332 de 10 de dezembro de 2003.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei, estabelecendo as normas e procedimentos que deverão ser observados no evento anual para a concessão do ‘Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária’.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

“A Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro, a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de novembro de 1986”.

A proposição sob análise recebeu proposta de substitutivo geral na Comissão de Constituição e Justiça.

Na forma da proposta original e do substitutivo geral, institui-se prêmio de participação comunitária em atividades relacionadas à segurança nas comunidades.

O projeto limita-se a instituir o prêmio, definir sua periodicidade e quais são os concorrentes.

A proposta apresentada não explicita a natureza da premiação que pode ser em dinheiro, serviços, títulos, benefícios para a entidade ou outras formas de compensação. Tudo ficará a cargo do Poder Executivo.

Por não estar especificado o tipo de premiação, esta Comissão fica impossibilitada de identificar ou pedir que se apresente o relatório de impacto financeiro e orçamentário da proposta.

O projeto, como se apresenta, autoriza o Executivo a adotar todas as medidas para efetivação de tal premiação.

Em que pese nos parecer que a participação comunitária se dará mais pela democratização do aparelho do Estado do que pela instituição de prêmios, não vemos óbices à tramitação regimental da proposição.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição, pois presentes os requisitos formais materiais exigidos ao caso.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
TADEU VENERI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/2005, de 20/09/2005, em Projetos de Lei, pag. 13).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 572/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, tem como objetivo incentivar uma maior frequência dos professores da rede pública de ensino em eventos culturais, assegurando, para tal, o pagamento de meia-entrada a estes, desde que devidamente comprovada a função.

Constitucionalidade e Legalidade

A matéria condensada no projeto de lei em análise encontra alicerces na Constituição Federal no que tange o fomento da educação, cultura e desporto. O disposto no artigo 205 da citada Carta Magna foi refletido na legislação infraconstitucional, reproduzido quase que *ipsis literis* pela Lei Federal nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seguinte sentido:

“Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A medida intentada no projeto nada mais visa a não ser incentivar que os professores da rede pública do Estado freqüentem mais entrada. É uma medida de fomento à educação e à cultura, não havendo óbice algum de caráter constitucional e tampouco legal.

Porém, há um vício de legitimidade de propositura no parágrafo único do artigo 2º do referido projeto face à regência da Carta Constitucional Federal:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

Fica claro, a partir da simples leitura do referido artigo constitucional, que o projeto intenta atribuir funções à Secretaria de Estado da Educação, qual seja a confecção de carteiras funcionais para a comprovação que faz jus à meia entrada. Portanto, a iniciativa legislativa acerca de tal matéria é privativa do Governador do Estado, e é nesse contexto que essa Comissão apresenta uma emenda supressiva, que segue em anexo, nos liames do artigo 137, parágrafo 1º, do Regimento Interno desta Casa, com escopo de salvar a matéria do projeto de lei.

Diante do exposto, e desde que acolhida a emenda sugerida, em sede de parecer, essa comissão opina pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 572/2005

Tem como escopo suprimir o parágrafo único do artigo 2º do Projeto de Lei nº 572/2005, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Para usufruir do benefício previsto nesta lei, o professor deverá comprovar a condição referida no artigo anterior, mediante apresentação de Carteira de Identificação Funcional.”

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 572/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe visa estabelecer um incentivo aos professores da rede pública de ensino em eventos culturais, assegurando, para tal, o pagamento de meia-entrada a estes, desde que devidamente comprovada a função.

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça já opinaram favoravelmente à tramitação da proposta.

Estes resumidamente, os fatos.

Dos Fundamentos do Parecer

Fica evidenciada mais uma alternativa de se valorizar o corpo docente da rede pública do Paraná.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 205, reproduzido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9391/96) que além de ser um dever do Estado e

da família, a educação deve se pautar nos princípios da liberdade e da solidariedade humana, com vistas a proporcionar ao educando o pleno desenvolvimento, além do exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho.

Ora, para que o educando reúna condições de aprendizado, assentadas na qualidade de ensino, deve contar com professores que estejam capacitados e se capacitando profissionalmente. A reciclagem é fundamental, assim também como manter o professor atento às mudanças de comportamento da sociedade.

As manifestações culturais, sem dúvida, são a melhor forma para que o docente possa ampliar e consolidar seu entendimento sobre os mais diversos temas de conjuntura nacional e internacional, que, com certeza, servirão de base para as aulas e os futuros ensinamentos aos alunos.

No que tange à confecção de Carteira de Identificação Funcional como documento hábil a comprovar a condição de professor da rede pública de ensino, para que venha a fazer jus ao desconto pretendido, fica a cargo da Secretaria de Estado da Educação a previsão ou mesmo o remanejamento de recursos a fim de garantir-lhe a execução.

Isto posto, opinamos favoravelmente pelo regular trâmite da matéria nesta Casa.

Sala das Comissões, em 19.10.2005.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/2005, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Deputados, mês de setembro de 2005, Resolução nº 003/2004. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Deputados, referente ao mês de setembro de 2005, conforme Resolução de nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 097/2005

P A R E C E R

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 097/2005, prestando conta da verba

de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Deputados, referente ao mês de setembro de 2005, regulamentada pela Resolução de nº 003/2004, de 15 de março de 2004, em seu artigo 14.

Analizando criteriosamente o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição acima e não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, delibera este Relator, pelo parecer favorável, aprovado, uma vez que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor!

Pelo acima exposto, este relator decide pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Requerimento nº 3248, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 06 e 07 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única (Proposições/Veto)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 073/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 083/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a criar no município de Palmeira, uma Ciretran, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - Diretran. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 134/2005

Curitiba, 10 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 167/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 083/2005, por julgá-lo inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 083/2005, encontra-se publicado no DA nº 010/2005, de 09/03/2005, em Projeto de Lei, pág. 18).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 073/2005

P A R E C E R :

O veto do Chefe do Poder Executivo é analisado sob o prisma da tempestividade e do cumprimento do texto legal e constitucional. Nestes termos o presente veto ao Projeto de Lei nº 083/2005 - Proposição 73/2005 - de autoria do Deputado Alexandre Curi, encontra-se em condições de ser submetido à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 076/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 365/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Ciretran, no município de Piraí do Sul. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 133/2005

Curitiba, 10 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 174/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 365/2005, por julgá-lo inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 365/2005, encontra-se publicado no DA nº 056/2005, de 09/03/2005, em Projeto de Lei, pag. 10).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 076/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 365/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró, vetado pelo Governador do Estado, tem por objeto a autorização para que o Poder Executivo crie uma Ciretran no município de Piraí do Sul/PR.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi aposto dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Esta-

dual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Sessões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Solicito ao Deputado Nereu Moura que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à Deputada Cida Borghetti e ao Deputado Tadeu Veneri, para que procedam ao escrutínio dos votos.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente:
11 votos NÃO;
18 votos SIM;
Um voto NULO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Estão mantidos os vetos dos itens 6 e 7.

Discussão/Única (Indicação)

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 055/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, sugerindo a criação da Farmácia do Servidor Público do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111/2005, de 11/10/2005, em Indicações, pag. 02)**

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 385/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2005.

2º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 260/2004; 156, 420, 545, 572, 592 e 609/2005; e do Projeto de Resolução nº 022/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 080, 082 e 089/2005.

Levante-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 417/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7209/2003, datado de 10 de setembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 23 de julho de 2004, data em que completou setenta (70) anos de idade, JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA, portador do RG nº 1.459.050-1, e do CPF nº 254.127.609-53, matrícula nº 40018, funcionário desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Auxiliar Administrativo nível 061, admitido em 18 de fevereiro de 1997, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, e mesma disposição no artigo 37, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais ao seu tempo de serviço, acrescidos de cinco (05) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15.09.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 081/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1381, datado de 14 de março de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA, portador do RG. nº 1.459.050-1 e do CPF nº 254.127.609-53, funcionário deste Poder Legislativo, admitido em 18 de fevereiro de 1977, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 061, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido

entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.09.2005.

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 091/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6708, datado de 01 de setembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar averbar, na Ficha Funcional de EVA CONSTANTIUK, matrícula nº 40.694, funcionária deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Recepcionista, nível NBA-02 os seguintes períodos de tempo, conforme Certidão do INSS, em anexo;

I- De acordo com o parágrafo 9º, do artigo 35 da Constituição Federal, para efeito de aposentadoria em que trabalhou na Faquibras Ind. Com. De Laminas Ltda, 07 meses e 16 dias, de 17/09/1971 a 02/05/1972; no Condomínio Edifício Acácia 03 meses e 10 dias, de 01/07/1973 a 10/10/1973; no Hotel Tibagi S/A, 05 meses e 04 dias de 24/10/1973 a 27/03/1974; no Sabóia Hotéis e Turismo Ltda, 01 ano, 03 meses e 09 dias, de 01/07/1974 a 09/10/1975; no Bom Pastor S/A Hotéis e Turismo, 06 meses e 11 dias, de 20/01/1976 a 31/07/1976; no Araucária Hotéis e Turismo Ltda, 08 meses e 19 dias, de 16/08/1976 a 04/05/1977; no Curitiba Palace Hotel Ltda, 04 anos, 01 mês e 16 dias, de 15/06/1977 a 31/07/81; no Slaviero Hotéis e Turismo Ltda, 02 anos, 10 meses e 01 dia, de 05/08/1981 a 06/06/1984, no Araucária Hotéis e Turismo Ltda, 01 mês e 03 dias, de 28/06/1984 a 30/07/1984; na Alberto Noel de Paula e Cia Ltda, 01 ano, de 01/08/1984 a 31/07/1985; e,

II - No período de 02/06/1986 a 20/12/1992, o tempo de 06 anos, 06 meses e 19 dias, trabalhados sob regime CLT na Assembléia Lagislativa do Paraná, para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129 da Lei nº 6.174/70 combinado com o parágrafo 9º, do artigo 40, da Constituição Estadual.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata de Comissão

Comissão de Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua sétima Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 097/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado, Plauto Miró, Relator da Proposição nº 097/2005, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/2004, em seu artigo 14, referente ao

mês de setembro de 2005. Após análise da matéria, concluiu o Sr. Relator, que as contas encontram-se exatas, atendendo à legislação em vigor, deliberando pelo parecer favorável, no que foi acompanhado por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e, por mim Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

